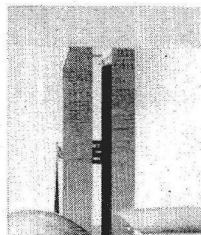


Corporativismo impede novas convocações na CPI

GERALDA FERNANDES



CORRUPÇÃO

Parlamentares do PT e do PDT denunciaram ontem que o corporativismo está invadindo a CPI do Orçamento. Há três dias o plenário da comissão não consegue aprovar a convocação de novos parlamentares para depoimento, não define a situação do deputado Ibsen Pinheiro, nem sobre a quebra de sigilo bancário da deputada Roseane Sarney. Desde cedo, tropas de choque entraram em ação para evitar a aprovação dos vários requerimentos no plenário e também nas subcomissões. “Temo que isso possa resultar em julgamento diferenciado dos investigados pela CPI”, argumentou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP).

As críticas atingem ainda os senadores Humberto Lucena e Mauro Benevides, o deputado José Luiz Maia e o ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, que tiveram acesso aos documentos em mãos das subcomissões, especial-

mente a de Bancos, e receberam tratamento diferenciado ao terem descartadas as suas convocações. “O Humberto Lucena, o Mauro Benevides, o José Luiz Maia e o Alexandre Costa prestaram depoimento na Subcomissão dos Bancos, quando fiz questão de não participar, e ficaram isentos de depor à comissão. Por que uns vão e outros não?”, indagou o deputado, para ele mesmo responder. “Está claro que há um acordão político”.

O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), baseado na decisão da Subcomissão de Bancos de “ignorar” uma diferença de US\$ 600 mil sem explicação na movimentação bancária do senador Humberto Lucena e descartar uma possível convocação para depoimento, sugere que o valor seja estabelecido como limite para se considerar um denunciado culpado ou inocente. “Seria um cinturão verde — de dólares. Os US\$ 600 mil ficariam definidos como parâmetros. Quem tiver até esse valor é inocente”, disse. O senador Mauro Benevides contou com os amigos para tirar da lista de próximos convocados, pelo menos por enquanto, o nome de seu filho, deputado Carlos Benevides. O resultado inicial veio no final da tarde, quando a Subcomissão de Sub-

venções Sociais rejeitou, por unanimidade, a convocação de Benevides Filho. Na mesma reunião, a subcomissão decidiu convocar para depor os deputados Raquel Cândido, Paulo Portugal e Francisco Diógenes, que não foram denunciados pelo ex-assessor José Carlos Alves dos Santos, mas dos quais foram encontradas irregularidades na liberação de subvenções.

“Quem não aceita vir ao plenário da comissão é porque tem medo”, entende o deputado Pedro Pavão, (PPR-SP) que iniciou a onda de protestos na reunião da manhã contra o pedido do deputado Ibsen Pinheiro para depor reservadamente na Subcomissão de Bancos. Sobre a não convocação de seu companheiro de partido, deputado José Luiz Maia, Pavão argumentou que as subcomissões — de bancos, de patrimônio e de subvenções — nada encontraram de irregular contra o deputado. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, negou que esteja havendo privilégios. “Nem Alexandre Costa, nem Benevides prestaram depoimento à subcomissão — não mencionou Lucena ou José Luiz Maia — e o pedido de Ibsen não foi aceito, o que mostra que ninguém tem tratamento diferenciado”.



Magalhães nega que esteja havendo privilégios, alegando que o novo pedido de Ibsen não foi aceito

Raimundo Paccó